

*Idéias políticas e
organização
partidária do
POR (1952-1964)*



IDÉIAS POLÍTICAS E ORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA DO POR (1952-1964)

RESUMO

O artigo reconstitui a trajetória do Partido Operário Revolucionário (POR) no Brasil desde o lançamento de seu jornal (*Frente Operária*), em novembro de 1952, momento em que se organiza o primeiro núcleo de militantes, até o golpe civil-militar de 1964.

PALAVRAS-CHAVE

Trotskismo; Esquerda; Partido político

Murilo Leal Pereira Neto¹

IDÉIAS POLÍTICAS E
ORGANIZAÇÃO
PARTIDÁRIA DO POR
(1952-1964)

ELABORAÇÃO POLÍTICA

Embora seu primeiro congresso vá se realizar apenas em fevereiro de 1964, o lançamento do jornal *Frente Operária*, em 15 de novembro de 1952, demarca o início das atividades do núcleo pioneiro de militantes do Partido Operário Revolucionário (POR), que surge, como veremos, como um *partido de legitimação externa*. Isto porque se verifica a presença de uma *instituição externa*, o Bureau Latino-Americano (BLA) da 4ª Internacional, patrocinando o nascimento do partido e servindo como fonte de legitimação de sua liderança. Esta primeira observação é de fundamental importância para compreendermos a linha política defendida pelo partido, uma vez que a mesma representa adaptação das interpretações do BLA sobre os processos políticos na América Latina, particularmente sobre o nacionalismo. O delegado do BLA incumbido da organização do POR foi Guillermo Marcelo Almeyra², que chegou ao Brasil em 1952, pouco depois do 3º Congresso da 4ª Internacional, realizado na França de final de agosto a início de setembro de 1951. Nesse Congresso, o Grupo Cuarta Internacional (GCI), dirigido por J. Posadas³, foi reconhecido como Seção Argentina da 4ª Internacional e foi eleito

¹ Doutorando em História Social pela Universidade de São Paulo, Professor da Universidade do Grande ABC (UniABC) <mlealpereira@terra.com.br>

² Guillermo Almeyra é argentino. Reside atualmente na Cidade do México, colaborando com a revista *Viento del Sur* e com o jornal *La Jornada*. Em 1946 e 1947 militava no Movimento Operário Revolucionário (MOR). Militou no trotskismo durante 24 anos, tendo desenvolvido atividades no Brasil, Peru, México, Iêmen do Sul, Líbia e Itália.

³ J. Posadas foi o pseudônimo adotado por Homero Rômulo Cristali, dirigente trotskista argentino, de origem operária, que militou no movimento trotskista de seu país desde 1936. Em 1945 Posadas fundou o Grupo Cuarta Internacional (GCI), a partir de uma atividade *entrista* no Partido Socialista argentino.

o BLA, com cinco membros, controlado pela Seção Argentina. Assim, encontraremos os fundamentos da linha política implementada pelo POR brasileiro no GCI argentino, que tinha como porta-voz o jornal *Voz Proletária*, lançado em junho de 1947.

O GCI, a exemplo de outros grupos argentinos influenciados ou aderidos ao trotskismo, como o Movimento Operário Revolucionário (MOR), do qual faziam parte Guillermo Almeyra e Adolfo Gilly⁴, que se incorporaram ao GCI em 1948, o grupo de Jorge Abelardo Ramos, responsável pela publicação da revista *Octubre*, o grupo reunido em torno da publicação *Frente Obrero*, dirigida por Enrique Rivera e Aurélio Narvajas (Carbajal), via com simpatia a ascensão do peronismo.⁵ *Voz Proletária* identificava em Perón um representante dos interesses econômicos e políticos da burguesia industrial nacional, fortalecida no pós-Segunda Guerra, interessada no fomento do mercado interno, em disputar o controle do Estado com a oligarquia agropecuária e em negociar novas bases de dependência com o imperialismo. O aliado desta burguesia, em sua empreitada ascendente como classe dominante, seria o proletariado formado com o impulso industrializante e controlado pela burocracia sindical. Este proletariado, entretanto, portador de um *instinto histórico de classe*⁶, e de interesses incompatíveis com os de suas direções burguesas, tenderia a buscar um partido, uma direção e um programa revolucionários para definir uma alternativa de classe ao governo da burguesia nacional, representada por Perón. Cabia, então, aos trotskistas

Penetrar nas massas com uma política que responda a suas necessidades objetivas, desenvolvendo em seu seio uma tendência política proletária que atue como centro polarizador da classe operária nesse amplo campo experimental que vive o conjunto do proletariado. [...] Desenvolver a política que ajude

⁴ Adolfo Gilly nasceu em Buenos Aires, em 1928, escritor e historiador é autor do clássico *A Revolução Interrompida*. Atualmente é professor da Divisão de Estudos de Pós-Graduação da Faculdade de Ciências Políticas e Sociais da UNAM, no México, onde reside. Gilly militou na 4ª Internacional e esteve preso no cárcere de Lecumberri, no México, de 1966 a 1970.

⁵ COGGIOLA, O. *Historia del trotskismo argentino: 1929-1960*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1985. p. 92 e passim.

⁶ PLAN quinquenal o revolución permanente? *Voz Proletária*, [S. l.], n. 1, 1947.

*as massas a compreender, através de sua própria experiência, a contradição entre suas aspirações e desejos com relação aos interesses defendidos pelas direções em que elas ainda confiam.*⁷

Na primeira edição de *Frente Operária*, o artigo *O Nacionalismo na América Latina: comunistas ou fascistas?* comenta a vitória eleitoral de Carlos Ibañez del Campo no Chile, assinalando o parentesco político entre o líder populista chileno e várias outras expressões do nacionalismo na América Latina, dentre elas o “varguismo” no Brasil.

Com relação ao governo Vargas, o posicionamento do POR construiu-se a partir de comparações com Perón e da análise da situação concreta no Brasil. O nacionalismo de Vargas seria mais fraco que o de Perón, em razão de fatores econômicos e sociais. Do ponto de vista econômico, a industrialização brasileira seria mais débil, não haveria uma verdadeira unidade nacional, persistindo, ainda, um atraso rural considerável. Além disso, Vargas não teria podido usufruir a prosperidade econômica do imediato pós-guerra, tal como fizera Perón, para levar adiante a sua política. Do ponto de vista social, Vargas não tivera a possibilidade de aproveitar a primeira ascensão popular no pós-guerra, canalizada, em parte, pelo Partido Comunista do Brasil (PCB)⁸ com sua expressiva votação em 1945. Em decorrência disto, analisava-se que, enquanto Perón pudera controlar os sindicatos através da Confederación General del Trabajo (CGT), Vargas não se sentia à vontade para fazer grandes manobras, temendo que o controle da situação acabasse com os comunistas.”⁹

⁷ M. Pedido de reconocimiento del Grupo Cuarta Internacional como Sección Argentina. *Boletín Interno*, jun. 1951.

⁸ Fundado em março de 1922, com o nome de Partido Comunista do Brasil, em agosto de 1961 modificou seu nome para Partido Comunista Brasileiro, mantendo a sigla PCB. Esta alteração foi feita com o objetivo de requerer seu registro legal na Justiça Eleitoral e contornar a argumentação de que o primitivo nome apontava para uma suposta representação brasileira de uma entidade internacional. Uma cisão nas fileiras do PCB resultou na formação do PCdoB, que retomou o seu primitivo nome, em fevereiro de 1962. [N. do Ed.]

⁹ SOUZA, M. La caída de Vargas: el desarrollo de los acontecimientos. *Revista Marxista Latino-Americana*, [S. l.], n. 2/3, p. 25-43, [19—].

Desses fatores econômicos e sociais decorriam as contradições de Getúlio Vargas, combinando medidas nacionalistas e de cunho social com outras pró-imperialistas. O resultado seria “um constante jogo de balança”. Os ministérios expressariam uma luta perpétua entre *os homens da burguesia nacional e os da burguesia importadora e o imperialismo*, pois Vargas tinha consciência de sua debilidade e temia as massas, mais do que o imperialismo.¹⁰

Vargas era caracterizado como o representante, no governo, da frente única entre os pecuaristas interessados no mercado interno e a burguesia industrial nacional (Jafet e Matarazzo são lembrados), ambos setores preocupados em resistir à “política asfixiante e monopolista do imperialismo”.¹¹

A participação da classe operária e das “massas populares” em apoio a Vargas, nas eleições de 1950, por exemplo, era encarada como uma *manifestação muito primitiva de antiimperialismo e independência das massas*, pois *os operários não viam em Vargas o candidato da burguesia industrial* e teriam dado seu voto a ele por melhores salários, pela independência do país e visando derrotar a União Democrática Nacional. O resultado das eleições seria progressista, representando *um passo à frente no desenvolvimento da consciência de classe do proletariado*.¹² A perspectiva apontada pelos trotskistas para aquele movimento popular que despertava era a sua própria organização sindical e política independente. Tratava-se de organizar uma Frente Única Operária, discutir um programa antiimperialista e anticapitalista, organizar e mobilizar na perspectiva de *com base no programa, construir o partido operário revolucionário no Brasil*.¹³ Os organismos que melhor representariam a possibilidade da Frente Única Operária seriam os sindicatos, mas também se deveria *formar nos bairros, fábricas, oficinas, em cada local de trabalho, comitês de luta pelas reivindicações mais sentidas e mais imediatas*.¹⁴

Com relação à formação histórica da sociedade brasileira, o POR não resolveu os equívocos da interpretação do PCB:

¹⁰ SOUZA, loc. cit.

¹¹ SOUZA, loc. cit.

¹² MOTA, M. De Vargas a Café Filho. *Frente Operária*, São Paulo, n. 12, dez. 1954.

¹³ CRISPIM: policial ou esquerdista? *Frente Operária*, São Paulo, n. 1, nov. 1952.

¹⁴ FRENTE Única Operária. *Frente Operária*, São Paulo, n. 1, nov. 1952.

qualificou o Brasil como *um país semicolonial, essencialmente agrícola e pastoril*¹⁵, marcado por *formas arcaicas e semifeudais* de produção agrícola, representadas pelos regimes de colonato e de *meias e terças*.¹⁶ Em outro artigo é proposta a *extinção da exploração semifeudal da castanha, do cacau, da borracha, com as multas, rendas em espécie, trabalho gratuito etc.*¹⁷ Entretanto, o mesmo artigo ressalva que as relações de produção prevalentes eram capitalistas e não semifeudais, apesar da existência de *importantes restos semifeudais*. É lembrada a existência de três milhões de proletários rurais nas fazendas capitalistas de arroz, açúcar, café, gado e cacau. E avalia-se: *A burguesia nacional está intimamente ligada à exploração rural pelo controle das grandes fazendas capitalistas.*¹⁸

No período de afirmação do *desenvolvimentismo*, as discussões do BLA sobre a América Latina giravam em torno da caracterização da *crise de crescimento* de sua economia. Uma resolução sobre o Brasil, publicada em 1956, apontava um *poderoso impulso de desenvolvimento industrial de um dinamismo crescente e agressivo* estimulado por uma ampliação do mercado interno. Este processo estaria assentado em um *combativo e amplo movimento de massas*.¹⁹

A caracterização da *crise de crescimento* foi aproveitada pelo POR para explicar os novos processos estimulados pelo governo de Juscelino Kubitschek: desenvolvimento da economia, progresso da indústria voltada para o mercado interno, concentração industrial em algumas grandes cidades, progresso do capitalismo no campo, desenvolvimento e concentração de um proletariado urbano e rural, surgimento de novas formas capitalistas no interior do país, ampliação do mercado interno. A industrialização era uma necessidade, mas não poderia ser realizada pela burguesia sob o regime capitalista, pois esta dependia do exterior para a obtenção de equipamentos e capitais, teria de construir uma vasta

¹⁵ CONTRA a carestia: escala móvel. *Frente Operária*, São Paulo, n. 1, nov. 1952.

¹⁶ A CONFERÊNCIA agrícola forjará a união operária-camponesa. *Frente Operária*, São Paulo, n. 10, nov. 1953.

¹⁷ SOUZA, M. Democracia popular ou governo operário e camponês?: erros e defeitos do novo programa de Prestes. *Frente Operária*, São Paulo, n. 14, 1955.

¹⁸ SOUZA, loc. cit.

¹⁹ *Revista Marxista Latino-Americana*, [S. l.], n. 4, p. 54, 1956.

rede de transportes, eletrificar o país e não teria capacidade para tanto. O impulso à industrialização com base nos empréstimos estrangeiros acentuaria o desenvolvimento desigual e unilateral da economia, drenando para o exterior somas crescentes. Decorria da *crise de crescimento* uma transformação no equilíbrio das velhas classes dirigentes, sendo a nova hegemonia exercida pelos setores que expressavam o progresso industrial: o Partido Trabalhista Brasileiro e a “ala moça” do Partido Social Democrático. A velha fase de um Brasil eminentemente agrícola estaria liquidada. Os velhos grupos dominantes da burguesia agrária e a antiga política dos setores latifundiários não teriam futuro algum. Por outro lado, *o processo de desenvolvimento econômico, mesmo limitado e parcial, criou novas forças sociais e dinâmicas que tendem a impulsionar e estender este processo [...]: o proletariado industrial e agrícola.*²⁰ Ou seja, o proletariado industrial e agrícola era entendido como uma nova força social interessada em dar prosseguimento ao processo de modernização do país.

A partir de 1959, a caracterização da *crise de crescimento*, que, diga-se de passagem, tentava qualificar com outras categorias o fenômeno do desenvolvimentismo, deu lugar a uma interpretação do esgotamento do nacionalismo. Estaria ocorrendo um processo de saturação do mercado interno e a burguesia e o imperialismo buscavam saídas menos dependentes do consumo das massas, através do estímulo à indústria pesada e às exportações. Estaria ocorrendo uma redistribuição das rendas *para pôr mais produtos à disposição das classes dominantes*. A burguesia já teria constatado a impossibilidade de associar as massas a seus fracos planos desenvolvimentistas. Como não tinha recursos, passava a associar-se mais ao imperialismo — que ampliava seu controle sobre a economia — e a enfrentar as massas.

Quando Jânio Quadros venceu as eleições em outubro de 1960, este fato foi atribuído pelo POR à crise econômica decorrente do esgotamento do desenvolvimentismo, que teria desgastado a candidatura Lott, e à *intervenção ativa e agressiva das massas, da classe operária em primeiro lugar.*²¹ Os trotskistas chamavam a atenção para

²⁰ MARTINS, L. Nenhum crédito ao Governo JK. *Frente Operária*, São Paulo, n. 19, 1956.

²¹ BALANÇO das eleições e perspectivas para o próximo governo. *Frente Operária*, São Paulo, n. 43, nov. 1960.

a densidade operária dos votos em Jânio: as grandes capitais, com exceção de Salvador, e as regiões operárias de São Paulo, Rio de Janeiro e Recife deram a Jânio um voto assim interpretado:

*As massas deram ao seu voto a Jânio Quadros um sentido diferente do que lhes atribuem os chefes do janismo. Foi um voto combativo, agressivo, uma arma contra o governo de Kubitschek e um meio de unir-se e intervir na situação no país.*²²

Jânio Quadros teria vencido as eleições porque conseguiu capitalizar esta tendência de voto independente das massas mostrando-se ostensivamente independente diante dos partidos. Além de uma derrota da esquerda, o resultado eleitoral teria também representado uma ruptura com o varguismo e com a burguesia desenvolvimentista. Por isso, os trotskistas afirmavam que *as massas brasileiras somam-se às tendências revolucionárias da América Latina.*²³ Avaliava-se, entretanto, que Jânio Quadros faria um *governo reacionário e antipopular*; conseqüentemente defendia-se uma posição de *nenhuma confiança em Jânio Quadros. Pela mobilização independente das massas para as conquistas das mudanças procuradas que levaram as massas a votar em Jânio Quadros!*²⁴

Quanto à política econômica, analisava-se que, diferentemente de Juscelino, que visava o desenvolvimento a qualquer custo recorrendo à inflação como alavanca, Jânio Quadros combatia a inflação e procurava outros recursos para os investimentos, promovendo um *amplo plano de racionalização do desenvolvimento*, tratando de resolver os entraves acumulados. A política econômica dava ênfase ao mercado interno de bens de produção e, principalmente, ao mercado externo.

Quando Jânio renunciou, em 25 de agosto de 1961, o POR analisou tratar-se de uma *crise da estrutura do capitalismo que põe em cheque todo o regime*. O “golpe contra Jânio” teria sido tentado pela oligarquia, pelos comerciantes e banqueiros ligados aos negócios do café, ao passo que o imperialismo e o conjunto da

²² BALANÇO, loc. cit.

²³ BALANÇO, loc. cit.

²⁴ ROSSI, C. Balanço das eleições. *Boletim de Informação Latino-Americano e Internacional. Suplemento mensal da Revista Marxista Latino-americana*, [S. l.], dez. 1960.

burguesia estavam favoráveis à posse de Jango com poderes reduzidos.

Segundo a análise do POR, com a renúncia de Jânio Quadros abria-se no país uma situação pré-revolucionária. Foi, então, desencadeada uma campanha pela convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte e pela implantação de um programa operário, que incluía a expropriação das empresas imperialistas, o controle operário de preços e lucros, a organização de milícias a partir dos sindicatos e das Ligas Camponesas.

O POR levou a campanha pela convocação da Assembléia Nacional Constituinte à Frente da Juventude de Esquerda, à União Estadual dos Estudantes, ao Sindicato dos Metalúrgicos e à porta das fábricas. Seus militantes sofreram as conseqüências da onda repressiva então desencadeada. O jovem militante Tullo Vigevani, com 19 anos, estudante de engenharia na Politécnica da Universidade de São Paulo (USP), foi preso pela primeira vez pichando muros com palavras de ordem contra o golpe. Também foi preso e encaminhado para o quartel do exército em Quitaúna, o militante Raul (adotamos um pseudônimo a pedido do depoente) após a realização de um comício-relâmpago à porta de uma fábrica na Lapa, provavelmente a Sofunge, onde o POR mantinha atividades e contatos.

CAMPANHAS POLÍTICAS

Entre as campanhas políticas mais importantes levadas a efeito pelo POR no período analisado até aqui cabe assinalar a luta pelo lançamento de candidaturas independentes dos trabalhadores nas eleições de 1955 e 1960. Em 1955 foi lançado o manifesto *Os trotskistas rejeitam as quatro candidaturas*, avaliando que havia poucas diferenças entre Juscelino Kubitschek, Juarez Távora, Adhemar de Barros e Plínio Salgado. A proposta, então, era desencadear um amplo movimento pela eleição de candidatos operários e camponeses para prefeito, deputado e vereador e pelo voto em branco de protesto contra a lei eleitoral reacionária que não permitia a participação de candidatos independentes à Presidência da República. O apoio do PCB à candidatura de Juscelino foi atacado como uma *capitulação vergonhosa diante do inimigo de classe*. Avaliava-se que *dezenas de milhares de votos operários de protesto têm mais valor contra o golpe do que um milhão de votos no*

*banqueiro JK e no latifundiário Jango*²⁵. Em 1960 foram também rejeitadas as candidaturas de Lott, Jânio Quadros e Juracy Magalhães. Em cartas abertas às direções sindicais e aos dirigentes comunistas foi defendido o lançamento de uma candidatura operária independente a partir das bases:

*Candidatura dos trabalhadores é aquela que nasce no pátio das usinas e nas assembléias dos sindicatos e não nos conchavos ministeriais. Candidatura operária é a que surge dos comitês de greve, dos camponeses em luta, das massas organizadas em comissões contra a carestia, das bases militantes do [Partido Comunista do Brasil] PC e não a que surge dos porões da burguesia.*²⁶

O POR também defendia um programa que deveria ser empunhado pelo candidato operário: escala móvel de salários, jornada móvel de horas de trabalho, estabilidade no emprego, formação de conselhos de fábrica, estatização de todas as fábricas paradas, direito de greve e organização independente, controle operário sobre a Previdência Social, apoio incondicional à luta dos camponeses, reforma agrária, nacionalização dos bancos, monopólio estatal do comércio exterior, ampliação das relações diplomáticas.

Outra campanha foi em apoio à candidatura de Jânio Quadros para a Prefeitura em 1953. O acordo político foi selado em uma reunião realizada nos últimos meses de 1952 em uma república situada à rua Ana Cintra, onde moravam alguns militantes. Ao encontro compareceram Boris e Ruy Fausto, Leôncio Martins Rodrigues, Sebastião Simões de Lima e Jorge Milano (trata-se de um pseudônimo, a pedido do depoente). Segundo Leôncio:

O Jânio veio, assinou um programa que fizemos, bastante radical. Passamos a trabalhar para ele. Recebemos um automóvel velho com um alto falante. Pregamos no carro alguns cartazes com o nome do Jânio e saímos para lançar nossas palavras de ordem nos bairros da periferia. O sucesso era enorme. As pessoas saíam à rua para pedir os símbolos da campanha, os broches do tostão (símbolo da campanha do Tostão Contra o

²⁵ MANIFESTO do POR: os trotskistas rejeitam as quatro candidaturas. *Frente Operária*, São Paulo, n. 17, set. 1955.

²⁶ ROMPER as ilusões. *Frente Operária*, São Paulo, n. 32, out. 1959.

Milhão) e da Vassourinha (que iria varrer a corrupção). [...] Era a primeira vez que tínhamos contato com o 'povoão'.²⁷

Por sua vez, Boris Fausto recorda-se dos primeiros contatos do POR com as classes populares na campanha para Jânio:

Particpei de vários comícios do Jânio aqui na Lapa, na Vila Mangalot, que era bem periferia, subia em cima do caminhão, começava a falar e a gente esquerdizava sempre o discurso, sem exagerar demais e era gratificante, né? Porque tinha massa nos comícios, tinha povo nos comícios. Então, para nós, que não tínhamos uma audiência popular e nos pretendíamos 'partido da classe operária' era uma compensação extraordinária.²⁸

Como parte das atividades de campanha, os trotskistas organizaram núcleos da União Operária e Popular (UOP), misto de comitês de campanha eleitoral e associações de bairro, retomavam a idéia dos Comitês Democráticos Populares (CDP) organizados pelo PCB nos bairros nos anos 40. Um deles, fundado em janeiro de 1953, na Vila Mangalot, contava com 65 associados, entre eles trabalhadores de quatro fábricas da região: Armour, Sofunge, Lever e Moinhos de Milho Brasil.²⁹

Entretanto, depois de eleito, Jânio esqueceria o Programa da União Operária e Popular. Segundo Jorge Milano (trata-se de um pseudônimo a pedido do depoente):

Ele colocou de lado o programa no seu inteiro teor. Não foi uma coisa ou outra que ele deixou de cumprir. Ele disse que não tinha assinado o documento.

De 1952 a 1954 o POR defendeu a necessidade da construção de um partido operário revolucionário no Brasil, a partir da *frente única operária*, com um programa antiimperialista e anticapitalista. No final de 1954, Guillermo Almeyra e Leôncio Martins Rodrigues voltaram do 4º Congresso da 4ª Internacional,

²⁷ Depoimento de Leôncio Martins Rodrigues, 18 jul. 1995, p. 28. (Acervo CEMAP, Centro de Documentação e Memória/UNESP, São Paulo).

²⁸ Depoimento de Boris Fausto, 3 jan. 1993, p. 11. (Acervo CEMAP, Centro de Documentação e Memória/UNESP, São Paulo).

²⁹ NOTÍCIAS de vila Mangalot. *Frente Operária*, São Paulo, n. 6, 1953.

realizado na França (embora, para despistar os inimigos, o país anunciado nos manifestos do encontro tenha sido a Suíça) com uma orientação: o Congresso havia confirmado — na verdade, atenuando seus termos — uma resolução política sobre o Brasil já tomada na 3ª Conferência Latino-Americana, realizada no Chile de 5 a 15 de março de 1954: o POR deveria adotar a tática do *entrismo* no PCB.³⁰ A resolução da Conferência dizia que no Brasil *nossa tarefa é desenvolver, no entrismo total no PCB, o desenvolvimento da base do Partido Marxista Revolucionário*. O 4º Congresso resolvera que *no Brasil o núcleo de nossa força deve lançar-se a um trabalho de grande fôlego no seio da organização e do movimento de massas influenciado pelo PCB*.³¹

A edição de *Frente Operária* de dezembro de 1954 comunicou a seus leitores a mudança. Tentando aplicar a sua nova política, o POR convocou uma “Plenária Ampliada” para janeiro de 1955, mudou o formato do jornal, de tablóide para uma discreta brochura, cogitou mudar o nome do partido para Partido Comunista Internacionalista. De imediato o *entrismo* significou: a entrada de Ruy Fausto para a Juventude Comunista, tornando-se um dos membros do Comitê de Zona Universitária (CZU) do PCB e a atividade de Leôncio Martins Rodrigues na União Paulista de Estudantes Secundaristas (UPES), dirigida aos jovens do PCB. O ex-deputado federal constituinte pelo PCB, José Maria Crispim, que havia aderido à 4ª Internacional em carta aberta de setembro de 1955, após ter sido expulso do PCB em reunião do Comitê Nacional, em fevereiro de 1952, também participou da atividade *entrista* no partido que o havia expulsado, dirigindo cartas abertas a seus ex-camaradas, quando da cisão de Agildo Barata em agosto de 1957. Crispim afirmava:

Sei, por experiência própria, que é no PCB onde se dará a luta que decidirá o futuro revolucionário do movimento comunista no Brasil. [...] Verdadeiramente a compreensão destes objetivos

³⁰ A tática do *entrismo* já fora desenvolvida pela 3ª e pela 4ª Internacional nos anos 1920 e 1930 e consistia em deslocar um grupo de militantes para uma atividade dentro de outro partido com base operária constituída, com o objetivo de formar um núcleo e posteriormente romper com a mesma. Trotsky orientou o *entrismo* nos partidos socialistas europeus ou trabalhistas de esquerda.

³¹ *Revista Marxista Latino-Americana*, [S. l.], n. 4, p. 28.

*possibilitará a solução da luta pelo comunismo revolucionário através da luta interna no PCB e isto não apenas é possível e necessário, como está ao alcance de nossas mãos.*³²

Em face da cisão de Agildo Barata e do amplo grupo que o acompanhou, o POR adotou uma política de construir uma ala esquerda no PCB e evitar rupturas, posicionando-se contra *qualquer tendência pugnando pelo rompimento precipitado e aventureiro com o PCB, mesmo que isto fosse feito sob a cobertura da proclamada renovação do marxismo.*³³

Entre o final de 1959 e o início de 1960, o POR deslocou uma jovem militante, Doroty Massola, para o *entrismo* no PCB. Doroty tornara-se trotskista a partir das atividades do POR no Centro Cristo Operário, dirigida pelos dominicanos em uma capela à rua Vergueiro, 3.000. Em sua atividade no PCB Doroty atraiu Fábio Munhoz para a militância trotskista. Em 1962, quando se formava o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), ambos foram orientados a realizar o *entrismo* na nova organização, mas a experiência durou pouco: foram logo identificados e expulsos sumariamente.

O *entrismo* no PCB só foi formalmente abandonado em 1963, quando J. Posadas, num artigo intitulado *A Crise dos Partidos Comunistas no Brasil*, afirmou:

*A atitude do PCB e do PC do Uruguai, que se opõem sistematicamente às greves, que entregam greves, estando contra elas, que se aliam a todas as tendências pequeno-burguesas e burguesas, inclusive direitistas, não são mais que atitudes contra-revolucionárias. [...] Neste sentido é necessário perder toda ilusão de poder levar a luta dentro do PC para criar correntes revolucionárias e de poder pesar sobre sua vida política.*³⁴

A nova orientação, entretanto, implicou uma mudança de alvo, mas não o abandono da prática *entrista*, que se transferiu para o movimento brizolista, especialmente após o golpe militar, quando

³² CRISPIM, J. M. La crisis del stalinismo en el PCB y la lucha por el comunismo revolucionário. *Revista Marxista Latino-Americana da IV Internacional*, [S. l.], n. 4, nov. 1958.

³³ *Frente Operária*, São Paulo, n. 21, 1957. Editorial.

³⁴ POSADAS, J. A crise dos partidos comunistas. *Frente Operária*, São Paulo, n. 98, 1. quin. jul. 1963.

foi praticado um *entrismo* modificado, que J. Posadas batizou de *entrismo interior*.³⁵ Naquele momento, J. Posadas já havia comandando uma ruptura com a 4ª Internacional, formando a “4ª Internacional Posadista”. Na segunda parte deste artigo veremos como a tática do *entrismo* produziu uma situação de *stress organizativo* no POR, uma vez que expôs seus militantes a uma forte hostilidade ambiental, pois o “território de caça” do POR, ou seja, o meio no qual fazia seu proselitismo, pretendia organizar suas bases e angariar adeptos, passava a ser um partido hostil e dotado de maiores recursos.

Entre março de 1959 e janeiro de 1960 o POR ensaiou uma ação política no sentido da formação de um novo partido revolucionário a partir da aglutinação com a LSI (Liga Socialista Independente)³⁶ e a Juventude Socialista. As três organizações convergiam na defesa do lançamento de uma candidatura operária à presidência da República nas eleições de 1960. Em maio de 1959 o POR lançava suas Teses Programáticas para a discussão com outros grupos de esquerda. Em agosto formava-se uma Comissão pela Unificação dos Grupos Marxistas, constituída por militantes de todas as tendências e articulava-se um segundo encontro de delegados:

*já está em preparação um segundo encontro nacional de delegados de todos os grupos que, seguramente, se dará em condições muito mais propícias para realizações práticas do que o primeiro ocorrido em abril.*³⁷

³⁵ Em artigo de março de 1968, J. Posadas explicava: *Não é novo o ‘entrismo interior’. Nós fizemos isto no brizolismo. A visita, as discussões com Brizola e os brizolistas, era isto o ‘entrismo interior’, porque estávamos influenciando a direção para que avance.* Cf. *Carta à seção brasileira*, março de 1968. (Fundo Fábio Munhoz, acervo CEMAP, Centro de Documentação e Memória/UNESP, São Paulo).

³⁶ A LSI foi fundada em 1956, composta, principalmente, por estudantes de diversas áreas (Física, Matemática, Psicologia, História, Sociologia, Biologia) e respaldada pelo Grêmio da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, que tinha como presidente Alberto da Rocha Barros, filho de um dos fundadores do Partido Socialista Revolucionário (PSR). Na organização militaram Hermínio Sacchetta, Paul Singer, Michael Löwy, Maurício Tragtenberg e Moniz Bandeira. A Liga teve bases em São Paulo e no Rio de Janeiro. Publicou o jornal *Ação Socialista* com tiragem de 500 exemplares e manteve-se atuante até 1959.

³⁷ Teses programáticas de la Sección Brasileña de la IV Internacional para la discusión con grupos revolucionarios. *Boletim Informativo*: Secretariado do BLA da IV Internacional, [S.l.], n. 2, maio 1959.

A aproximação entre as três organizações baseava-se, também, no interesse em formar uma frente eleitoral para o lançamento de candidatos a vereador nas eleições de outubro de 1959 (quando o rinoceronte Cacareco recebeu 80 mil votos). Divergências quanto às candidaturas parecem ter contribuído para o malogro da articulação. No final de janeiro de 1960 foi realizada uma Conferência do POR e uma de suas conclusões foi considerar encerrada a fase transitória de luta pela construção de um partido marxista revolucionário de quadros com base na articulação entre os grupos independentes de esquerda. Voltou a ser defendida a validade da tática do *entrismo* no PCB.³⁸

Também deve ser lembrada a atuação do POR no meio sindical. Um primeiro aspecto a ser destacado é a luta contra a subordinação dos sindicatos ao Estado. Lutava-se por *fazer dos sindicatos órgãos dos trabalhadores e não apêndices do Ministério do Trabalho*.³⁹ Defendia-se a necessidade da *luta unida de todos os trabalhadores pela autonomia sindical. É preciso que o Ministro do Trabalho não possa intervir nos sindicatos*.⁴⁰ A proposta era tirar os sindicatos *das garras do Estado e dos patrões* através da luta pela sindicalização em massa, da organização de comissões de fábrica e da luta por um programa anticapitalista. Quanto à legislação trabalhista, defendia-se uma *revisão da legislação trabalhista realizada pelas assembléias de todos os sindicatos*.⁴¹ A pluralidade sindical era rejeitada, sem que fosse esclarecido se se defendia a unidade ou a unicidade sindical.⁴²

Outro ponto importante da política sindical do POR era a defesa da organização de comissões de fábrica, concebidas como organizações de base dos sindicatos e, ao mesmo tempo, independentes do mesmo. Constatando o baixo nível de sindicalização, de participação da classe trabalhadora na vida

³⁸ ROSSI, C. Se realizó la Conferencia del POR. *Boletín de Información Internacional y Latino-Americana*, [S. l.], 2. quinz. marzo 1960.

³⁹ ORGANIZAR desde já a base com um programa de classe. *Frente Operária*, São Paulo, n. 1, nov. 1952.

⁴⁰ VERAS, J. L. Sindicalismo e reação. *Frente Operária*, São Paulo, n. 16, 1955.

⁴¹ OPOR à frente burguesa uma frente proletária. *Frente Operária*, São Paulo, n. 3, jan. 1953.

⁴² O PROLETARIADO repudia a pluralidade sindical. *Frente Operária*, São Paulo, n. 6, 1953.

sindical, os trotskistas concluem: *A tarefa é dar raízes ao sindicato, fazendo-o organizar-se na fábrica e locais de trabalho, criando aí comissões sindicais eleitas e controladas pelos operários.*⁴³ As comissões deveriam ser democraticamente eleitas, garantindo a todos o direito de manifestação de pensamento.

Um terceiro aspecto importante da atuação sindical do POR era a proposta da construção de uma central única dos trabalhadores, a partir de organismos como o Pacto de Unidade Intersindical (PUI). A central deveria ter as seguintes características: adotar um programa anticapitalista, antiimperialista e democrático, manter total independência em face do Ministério do Trabalho e do Estado, ser aberta à participação de todas as correntes sem distinção ideológica, ser uma organização democrática, controlada pelas bases, ser uma central de massas e não de cúpulas.⁴⁴

O último aspecto a apontar, com relação à atuação sindical do POR, é a visão estratégica adotada a respeito do significado das lutas sindicais. Na época da decadência do capitalismo os sindicatos não poderiam lutar exclusivamente por reformas. Reafirmando as concepções do *Programa de Transição*, os trotskistas defendiam a articulação da luta por medidas transitórias com o objetivo da revolução socialista. A proposta, então, era *eleva gradualmente o nível das lutas operárias, transformando-as de econômicas em políticas e entrosando-as na luta pelo poder.*

Nos primeiros anos a atuação sindical do POR dava-se nos seguintes meios: no Sindicato dos Trabalhadores em Carris Urbanos, e particularmente na Companhia Municipal de Transportes Coletivos (CMTC) foi conquistada uma base e lançada

⁴³ AS ATUAIS tarefas dos sindicatos. *Frente Operária*, São Paulo, n. 12, dez. 1954.

⁴⁴ Cf. A CENTRAL unificará as forças operárias. *Frente Operária*, São Paulo, n. 5, maio 1953; CENTRAL Operária para os trabalhadores brasileiros. *Frente Operária*, São Paulo, n. 6, 1953; CENTRAL Operária nacional deve ser a palavra de ordem. *Frente Operária*, São Paulo, n. 7, ago. 1953; NA ORDEM do dia a Central Operária. *Frente Operária*, São Paulo, n. 8, set. 1953; ORGANIZEMO-NOS para a luta: da União Sindical à Central Operária. *Frente Operária*, São Paulo, n. 10, nov. 1953; NECESSÁRIOS os pactos intersindicais visando uma central sindical de massas. *Frente Operária*, São Paulo, n. 17, set. 1955.

uma chapa de oposição, provavelmente em 1952.⁴⁵ Também havia contatos na base do Sindicato dos Empregados em Hotéis e Similares de São Paulo, no Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil e Mobiliário de Campinas, entre os ferroviários da Mogiana, na metalúrgica Sofunge e na base do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Carnes e Derivados, com operários dos frigoríficos Armour e Wilson.

Retomemos, a partir de agora, a exposição das análises do POR sobre a conjuntura política desde a renúncia de Jânio Quadros até o golpe civil-militar de 1964, e a apresentação das propostas de ação política para aquele momento.

Em junho de 1962, o POR avaliava que, diferentemente de Vargas, Juscelino e Jânio, João Goulart estava completamente desorientado em matéria de política econômica. Havia um déficit no orçamento que chegava a 50% e uma inflação de 40% nos cinco primeiros meses de 1962, o que representaria *a bancarrota total do capitalismo e revolução à vista a curto prazo*.⁴⁶

Os problemas econômicos eram abordados segundo um modelo clássico: os países considerados atrasados do ponto de vista capitalista não poderiam desenvolver-se industrialmente:

*Nenhum país atrasado pode hoje desenvolver-se industrialmente do ponto de vista capitalista. Nenhum! Há um mundo capitalista em saturação na produção industrial. [...] A base do desenvolvimento industrial está fechada nestes países.*⁴⁷

Como já vimos, a conjuntura aberta com a renúncia de Jânio Quadros foi caracterizada como *pré-revolucionária*. No final de 1963 começou-se a falar em uma situação propriamente revolucionária que teria manifestações singulares. Seria um *processo empírico*, sem um *centro de direção para o movimento de massas* e que teria um desenvolvimento desigual: certas regiões, como o Nordeste, eram tomadas pela revolução, outras permaneceriam normais.⁴⁸

⁴⁵ Depoimento de Leôncio Martins Rodrigues, 18 jul. 1995, p. 14. (Acervo CEMAP, Centro de Documentação e Memória/UNESP, São Paulo).

⁴⁶ PUCCIO, A. Déficit de 460 bilhões: agravam-se as contradições da burguesia. *Frente Operária*, São Paulo, n. 71, 1. quin. jun. 1962.

⁴⁷ POSADAS, J. *Brasil: do golpe de 64 à formação do PT*. São Paulo: Ciência, Cultura e Política, 1990. p. 65.

⁴⁸ A NECESSIDADE objetiva da aliança de operários, camponeses e soldados. *Frente Operária*, São Paulo, n. 101, 1. quin., set. 1963.

A análise dos artigos de *Frente Operária* aponta três possibilidades de desdobramento daquela conjuntura. Vejamos cada uma delas.

A primeira seria a eclosão de uma guerra civil em decorrência da divisão entre as tendências reformistas (representadas por João Goulart, Leonel Brizola e o governador de Goiás, Mauro Borges) e as conservadoras (representadas por Carlos Lacerda e Júlio de Mesquita) das classes dominantes.

As duas tendências da burguesia, se bem que tendo um ponto em comum, o medo às massas, tornam-se dia a dia menos conciliáveis e, não havendo superioridade de uma sobre a outra pela força econômica, social e militar, a situação tende a desembocar na guerra civil.⁴⁹

Em novembro de 1962, avaliava-se que a classe dominante havia optado pela contra-revolução:

A classe dominante já optou pela resistência violenta. Ela participa das negociações reformistas de Goulart apenas com o intuito de controlá-las, frear o processo, ganhar tempo e agrupar as forças para uma resposta contra-revolucionária sangrenta, tal como é apregoada por Lacerda, Adhemar de Barros, Júlio Mesquita e outros.⁵⁰

Entretanto, o projeto contra-revolucionário da ala conservadora da burguesia estaria fadado ao fracasso. Não se lhe atribuía nenhuma força política e eram menosprezadas as articulações golpistas.

A segunda possibilidade seria a consolidação de formas bonapartistas de dominação. Em outubro de 1963, no contexto da crise provocada pelo levante dos sargentos em Brasília, os trotskistas identificavam uma acentuação dos traços bonapartistas do regime e esclareciam aspectos do próprio conceito:

Quando o poder da classe dominante não pode mais apoiar-se no domínio social e político, surge o fenômeno do bonapartismo,

⁴⁹ NOVO agravamento da crise no país. *Frente Operária*, São Paulo, n. 71, 1. quin. jun. 1962.

⁵⁰ A PERSPECTIVA da crise, da guerra civil e da revolução. *Frente Operária*, São Paulo, n. 110, 28 nov. 1963.

do nasserismo. [...] O bonapartismo tende a substituir a autoridade direta da classe dominante — que não mais existe — por uma equipe que governa com aparente independência, em meio de forças sociais em conflito. [...] O bonapartismo substitui a burguesia no exercício direto do poder, em princípio para preservar seus interesses históricos de classe, que ela não mais está em condições de gerir. Por isso o bonapartismo puxa forças do movimento de massas e pode fazê-lo na medida em que este não tem direção revolucionária nem centro organizativo independente. [...] Nesta última crise se reforçaram as tendências bonapartista e nasseristas que estão à esquerda de Goulart: Assis Brasil, Suzano, Aragão, Ferreira Alves e, também, de certo modo, Brizola, Neiva Moreira etc.⁵¹

A categoria *bonapartismo nasserista* fora elaborada a partir das análises sobre a situação no Egito após o golpe militar nacionalista encabeçado por Abdel Gamal Nasser, à frente do Grupo de Oficiais Livres, em 23 de junho de 1952. O *bonapartismo nasserista* seria aquele em que facções civis ou militares da classe dominante tomam medidas políticas e sociais (golpe de Estado contra facções oligárquicas, estatizações) visando a preservação do capitalismo e, com isso, não obstante, afirmam e impulsionam objetivamente o desenvolvimento da revolução social.⁵²

Uma terceira possibilidade de evolução da conjuntura seria a fratura de uma facção pequeno-burguesa do campo das classes dominantes, passando-se para o lado da revolução. Esta facção seria representada por políticos como Leonel Brizola, Neiva Moreira, Almino Affonso, Max da Costa Santos, Rubens Paiva e por intelectuais como Franklin de Oliveira, Paulo Schilling e Wanderley Guilherme dos Santos e seria uma expressão política da radicalização da pequena burguesia e, ainda, expressão deformada, ilegítima, da radicalização do próprio proletariado e das massas populares. A facção mencionada *pretendia puxar para*

⁵¹ O SENTIDO da crise atual. *Frente Operária*, São Paulo, n. 104, 1. quin. out. 1963.

⁵² Cf. BUENO, A. Egito: a marcha empírica para o socialismo. *Frente Operária*, São Paulo, n. 71, 1. quin. jun. 1962 e POSADAS, J. A revolução permanente e as tarefas da vanguarda. *Frente Operária*, São Paulo, n. 97, 2. quin. jun. 1963.

*si a força dessas transformações irreversíveis, céticos da possibilidade do capitalismo recuperar uma só das posições perdidas.*⁵³

*Como se vê, tanto a crise social como a econômica e financeira pressionam no sentido do desenvolvimento de uma ala reformista e nacionalista radical, de tipo nasserista, que leva em seu bojo tendências ainda mais ousadas, pequeno-burguesas socializantes, objetivamente revolucionárias, que procuram apoio nas forças sociais desatadas pela crise pré-revolucionária para impulsionar a situação até a beira do que pode ir o capitalismo e mesmo além disso.*⁵⁴

O POR identificava em Leonel Brizola, a corrente pequeno-burguesa radical mais inclinada a uma ação política baseada na mobilização popular, especialmente depois dos chamados para a organização dos Grupos de Onze.⁵⁵ O POR propôs-se, então, a articular duas tarefas políticas diferenciadas simultaneamente: contribuir para a organização da “ala revolucionária” do nacionalismo e, neste processo, organizar o proletariado para a revolução. Em janeiro de 1964, propunha-se que os brizolistas se diferenciassem, na Frente de Mobilização Popular, das correntes consideradas moderadas, como Arraes, Almino Affonso e o PCB.

Após o golpe de 1964 os trotskistas participaram da Frente Popular de Libertação, criada no Uruguai em 1964, ajudaram a formar Grupos de Cinco, tentaram constituir núcleos da Frente Popular de Libertação nas fábricas de São Paulo e no porto de Santos, assumiram a divulgação do jornal nacionalista *O Panfleto*.

Ao mesmo tempo em que o POR previa as possibilidades resumidas acima para o desdobramento da crise, não deixava de insistir na necessidade da organização de uma saída de tipo

⁵³ O DESENVOLVIMENTO dos elementos revolucionários da situação nacional e as perspectivas para a construção do Partido. *Frente Operária*, São Paulo, n. 90, 2. quin. maio 1963.

⁵⁴ O DESENVOLVIMENTO, loc. cit.

⁵⁵ Os Grupos de Onze representaram uma tentativa de Leonel Brizola organizar seus simpatizantes em equipes que, a exemplo de um time de futebol, deveriam ser formadas por onze membros. O chamado de Brizola foi lançado no início de 1964 e teve repercussão popular, com o surgimento de núcleos em várias regiões do país. Após o golpe civil-militar, por razões conspirativas, a orientação foi formar grupos de cinco membros.

soviética, a partir da aliança entre operários, camponeses, estudantes e soldados. No momento em que o governo Goulart encaminhava o pedido do estado de sítio, analisava-se:

Ainda nestas próximas comoções as massas não estão em condições para impor o Governo Operário e Camponês, porém é indispensável prepará-lo, pois que toda ruptura deste equilíbrio mais do que instável em que se apóia Goulart colocará a questão do poder em termos prementes e inadiáveis. O Congresso de Operários, Camponeses e Soldados, a Central Única, os sindicatos de massas, apoiados em comitês de todas as empresas são os órgãos naturais que devem disputar o poder com a burguesia.⁵⁶

Quando foi desfechado o golpe civil-militar em 1º de abril de 1964, o POR avaliou tratar-se de um retrocesso circunstancial:

A contra-revolução apoderou-se momentaneamente do governo, mas sem nenhuma condição de virar a situação em seu proveito. Objetivamente o país continua numa situação revolucionária que se expressa, mesmo em ausência de ações de massas propriamente ditas, na crise, na divisão, na instabilidade dos golpistas e na repulsa total que encontram.⁵⁷

É preciso lembrar que o POR não estava sozinho em sua euforia revolucionária. Outros partidos da chamada “nova esquerda”, como a Organização Revolucionária Marxista - Política Operária (POLOP), fundada em janeiro de 1961 e o PCdoB, constituído em fevereiro de 1962, talvez para demarcar o contraste com a política moderada do PCB, insistiam na bancarrota do capitalismo e no avanço inevitável da revolução. Segundo Daniel Aarão Reis:

O conjunto da Nova Esquerda identificava uma situação insanável, um autêntico impasse, do ponto de vista do

⁵⁶ RESPONDER ao recuo do governo com a ofensiva operária em todas as frentes. *Frente Operária*, São Paulo, n. 105 Edição extra, 8 out. 1963.

⁵⁷ *À Luta*: órgão do Bureau Político do POR(T)—Seção Brasileira da IV Internacional. [S. l.], 26 abr. 1964. (Fundo Fábio Munhoz, Pasta 1, p. 60, Acervo CEMAP, Centro de Documentação e Memória/UNESP, São Paulo).

*desenvolvimento do capitalismo no país, [...] a ditadura, por sua vez, apenas amadurecia, exacerbando-as, as condições da luta revolucionária. Predominava um certo fatalismo positivo, [...] o que quer que acontecesse, a burguesia não tinha alternativas para sair da crise econômica que se aprofundava.*⁵⁸

Quanto a suas atividades, nos anos 1960, o POR conseguiu formar um núcleo regional no Rio Grande do Sul, consolidou-se no Rio de Janeiro e desenvolveu uma ação política no Nordeste, especialmente em Pernambuco.

No Rio Grande do Sul formou-se um núcleo de 15 a 30 militantes, basicamente no movimento estudantil, a partir da atividade de Paulo Pilla Vares, então com 19 anos e militante da Juventude Comunista, que atraiu para o POR seus companheiros Vito Letizia e Paulo Pereira.

No Rio de Janeiro, a atividade era dirigida por Sidney Fix Marques dos Santos nas seguintes frentes de trabalho: movimento estudantil em Niterói e São Gonçalo, movimento camponês, na região canavieira de Campos, movimento operário nos estaleiros e na Companhia Brasileira de Energia Elétrica, movimento dos sargentos, através do vínculo com o sargento Wilson Mendonça Maia e a Frente de Mobilização Popular.

A atividade organizada do POR no Nordeste começou em 1962, com o envio de um jovem de 21 anos com a missão de retomar contatos e iniciar uma atividade entre os trabalhadores rurais. O local escolhido foi o município de També, fronteira de Pernambuco com a Paraíba. O jovem trotskista era Paulo Roberto Pinto, gráfico e metalúrgico de Moji das Cruzes, que trabalhara na Mineração Geral do Brasil, fizera parte da Associação dos Operários Gráficos de Moji das Cruzes, militara no PCB aos 16 anos, tendo sido expulso pouco depois. No POR recebeu o nome de Jeremias e assim ficou conhecido em Pernambuco.

Em També, Jeremias ficou morando na casa de Joel Câmara, trabalhador rural e ativista do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de També. A estratégia de luta defendida pelo POR para o campo baseava-se na aliança operária e camponesa, na ocupação de terras, na organização de milícias, na

⁵⁸ REIS FILHO, D. A.; SÁ, J. F. de (Org.). *Imagens da revolução*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985. p. 19.

organização de conselhos de camponeses por engenhos, usinas, municípios.

A direção das Ligas Camponesas era criticada por ser *pequeno-burguesa intelectual*, constituindo-se apenas em *semiporta-vozes e semicorreias-de-transmissão da opinião dos camponeses*.⁵⁹ Por sua vez, os sindicatos do clero e do governo pretendiam criar uma *casta de pelegos camponeses a serviço da burguesia e do governo*.

Jeremias não ficou sozinho em Tambémé. Pouco depois de sua chegada, ainda em 1962, outros dois militantes foram deslocados para Pernambuco. Um era Fábio Munhoz, que deveria organizar um trabalho no movimento estudantil. O outro era o uruguaio Pedro Makovsky Clemachuk, um rapaz de 22 anos, levado diretamente de Montevidéu para Recife, com uma passagem por São Paulo para reunir-se e receber orientações da direção de seu partido.

Os êxitos começaram no final de 1962, com a incorporação ao trotskismo de diversos militantes das Ligas Camponesas que haviam se engajado na guerrilha do Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT), uma espécie de “braço armado” das Ligas Camponesas, lançado por Francisco Julião no dia 21 de abril de 1962. Formaram-se dois campos de treinamento, um em Goiás e outro no Maranhão, no município de São João de Patos. O primeiro foi desbaratado pelo Exército antes de entrar em ação. O segundo ficou isolado três meses sem notícias, instruções ou recursos, tendo sido abandonado o projeto da guerrilha. De volta a Recife, alguns membros do MRT começaram a reunir-se para realizar um balanço da experiência. Articulou-se, então, um grupo com aproximadamente 18 militantes de diversas origens políticas (nacionalistas, trotskistas, stalinistas, independentes) que resolveram denominar-se Vanguarda Leninista e lançar um manifesto. O mesmo recebeu destaque em primeira página no *Diário de Pernambuco*, acompanhado de um apelo da redação do jornal, para que o Exército intervisse no Estado contra aqueles que pretendiam *cubanizar* o Nordeste. A Vanguarda Leninista dissolveu-se depois de alguns meses e um grupo de oito militantes resolveu aderir ao POR.

⁵⁹ O QUE PENSA o Nordeste de si mesmo. *Frente Operária*, São Paulo, n. 53, 1. quin., ago. 1961.

Em relação ao problema da organização dos camponeses e trabalhadores rurais, que se manifestava na disputa entre sindicatos e Ligas Camponesas, o POR defendia a organização em separado de assalariados rurais e pequenos proprietários (as Ligas reuniam, basicamente, posseiros, meeiros e “condiceiros” e não trabalhadores rurais), avaliando que, como órgãos potencialmente de classe, os sindicatos eram mais avançados, desde que os trabalhadores fossem capazes de tomá-los da burocracia governamental.

Em Também, Jeremias e Joel Câmara haviam assumido o comando de fato do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município, oficialmente dirigido por um pelego alcunhado Capitão. Implantaram os “conselhos camponeses”, uma organização de base sediada nos próprios engenhos que substituiu a figura do delegado sindical. Este último era nomeado sem uma consulta direta aos associados e desligado da produção para exercício de mandato classista. Os trabalhadores o sustentavam cotizando uma parte da produção. Frequentemente esses delegados eram cooptados e intimidados pelos usineiros ou mesmo corrompidos. Os “conselhos camponeses” eram eleitos pelos próprios trabalhadores, com mandatos revogáveis e seus integrantes não se desvinculavam da produção.⁶⁰

A atividade de Jeremias logo chamou a atenção dos latifundiários e da polícia. Teve sua vida investigada, descobriram que era um trotskista de São Paulo e o mandaram para a prisão a título de advertência. Solto em seguida, Jeremias voltou para Também e retomou sua atividade sob uma pressão cada vez maior. Foi assassinado no dia 8 de agosto de 1963, quando encabeçava um grupo de 500 trabalhadores do Engenho Oriente em greve pelo pagamento do 13º salário atrasado.

O POR manteve a meta de organização do 1º Congresso de Camponeses de Também, marcado para os dias 21 e 22 de setembro de 1963. O objetivo era lançar as bases de uma central camponesa com um programa revolucionário, em oposição à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). Foram convidados a participar representantes das Ligas

⁶⁰ SÁ, A. F. de. *Das ligas camponesas à anistia: relato de um combatente do povo*. Recife, 1983. p. 37. Mimeografado.

Camponesas, do PCB, do PCdoB e da Ação Popular (AP). O PCB recusou o convite, as demais correntes aceitaram. Entretanto, no dia do evento os três militantes que o organizavam, Aybirê Ferreira de Sá, Carlos Montarroyos e Cláudio Cavalcanti, foram presos, Também foi ocupada pela polícia e os camponeses que se aproximavam do Sindicato eram debandados com violência.

Cabe lembrar a atividade do POR nos meios militares. Em Recife, foram estabelecidos vínculos com um grupo de sargentos da Aeronáutica na Base Aérea de Recife. O Clube de Oficiais e Sargentos da Aeronáutica foi conquistado por uma direção nacionalista de esquerda em fevereiro de 1963. Da nova diretoria fazia parte o 3º sargento da Força Aérea Brasileira (FAB), Jair Borin, na condição de diretor para contatos externos. Borin também era estudante, cursando Sociologia na faculdade católica. Após o assassinato de Jeremias e a prisão de Cláudio, Carlos e Aybirê, Borin começou a visitar os presos na Casa de Detenção e resolveu militar no POR. Formaram-se rapidamente algumas células, três ou quatro, com sargentos da Base Aérea, envolvendo aproximadamente 25 pessoas.

As células da Aeronáutica discutiam as publicações do POR e faziam um trabalho de difusão ideológica, além de dar uma importante contribuição financeira. Jair Borin, entretanto, logo foi expulso da Aeronáutica por sua atividade política. Prosseguiu a militância na célula universitária até ser preso em 22 de novembro de 1964.

Em São Paulo os contatos do POR na Aeronáutica era com os sargentos José Barreto de Souza, José Francisco de Almeida e João Ferreira da Silva.

No começo de 1963 o POR incorporou a sua militância o 3º Sargento do Exército, Ovídio Ferreira Dias, da Divisão Regional de Moto Mecanizados da 2ª Região Militar (DRMM/2), em Osasco. Ovídio foi eleito presidente da Caixa Beneficente dos Oficiais e Sargentos do DRMM/2, de natureza assistencial e política. Organizou uma célula com aproximadamente 30 militares, onde se discutia o momento do país, as possíveis saídas, artigos de *Frente Operária* e outras publicações como *Cadernos do Povo Brasileiro* e *Um Dia na Vida do Brasileiro*.

No Rio de Janeiro o contato do POR no meio militar era Wilson Mendonça Maia, 2º Sargento do Regimento Escola de Infantaria da Vila Militar da Guanabara. Wilson articulava o movimento dos sargentos no eixo Rio-São Paulo-Brasília.

O POR COMO ORGANIZAÇÃO POLÍTICA

Para interpretarmos a trajetória do POR como organização política, é importante considerarmos o seu *momento fundacional*. Segundo Angelo Panebianco, autor no qual nos basearemos para construir nossa interpretação neste tópico, *as opções políticas cruciais postas em prática pelos pais fundadores, as modalidades dos primeiros conflitos pelo controle da organização e a maneira como esta se consolida, deixarão uma marca indelével*.⁶¹ É preciso considerar, então, dois aspectos: trata-se de um partido estruturado *por penetração* e de um partido *de legitimação externa*. Os partidos estruturados *por penetração* são aqueles em que um centro desenvolve uma periferia, diferentemente dos partidos formados *por difusão*, quando diversos grupos dispersos se juntam formando um centro. No primeiro caso, as organizações são mais homogêneas e coesas ideologicamente. Ora, esta foi a opção organizativa do POR desde a fundação de seu primeiro núcleo, através da atividade de Guillermo Almeyra. O objetivo de Almeyra nos contatos com os militantes remanescentes do Partido Socialista Revolucionário (PSR), do qual participava Hermínio Sacchetta, era atraí-los para o POR e não aglutinar as duas organizações para, a partir daí, formar um “centro”. As atividades em comum com a LSI e a Juventude Socialista em 1959, com vistas à formação de um novo partido de esquerda, rapidamente malograram, pois eram incompatíveis com as opções organizativas fundamentais do POR.

Por outro lado, a opção pela construção de um partido *por penetração* está ligada à característica de partido *de legitimação externa*, ou seja, aquele cuja fonte de legitimação de suas lideranças e de manutenção de sua identidade é externa à organização. No caso, as lideranças efetivas do POR no período enfocado foram sempre delegados do BLA: Guillermo Almeyra de 1952 a 1956, e Gabriel Labat, de 1958 a 1966. Sua linha política era estabelecida pelo BLA e pelo Secretariado Internacional da 4ª Internacional. Pelo menos em dois momentos da história da organização esta condição determinou mudanças drásticas da linha política, podendo-se falar mesmo em substituição de seus fins oficiais,

⁶¹ PANEBIANCO, A. *Modelos de partido*. Madri: Alianza, 1990. p. 17. Tradução nossa.

tendo como conseqüência um abalo em sua identidade política. A primeira ocorreu em 1954, com a já mencionada adoção da tática do *entrismo* no PCB e a segunda em 1962, com a ruptura de J. Posadas e do BLA com a 4ª Internacional.

Até 1954 a tarefa apontada para todos os países da América Latina era: *Passar no próximo período do estado de grupo de propaganda ao de direção revolucionária das massas*.⁶² Desta forma, os *incentivos coletivos*, aqueles que consolidam a identidade ideológica do grupo e os vínculos de solidariedade entre seus membros, fator fundamental para a sobrevivência de qualquer organização voluntária, advinham do sentimento de estar participando de uma tarefa histórica grandiosa: conquistar a condição de direção revolucionária do proletariado. A tática do *entrismo* decorreu da adoção de uma nova linha política pela organização internacional, conhecida como *pablismo*, pois era defendida pelo então Secretário Geral, Michel Pablo. Esta virada produziu uma grave ruptura na organização, com o afastamento da maioria das seções francesa e norte-americana, então as mais numerosas. No Brasil, de acordo com a memória dos militantes, a experiência foi desanimadora. Segundo Leôncio Martins Rodrigues:

*Eu não gostava muito porque tinha que ocultar minha própria identidade ideológica. Parecia que estava enganando as pessoas, tinha que 'renegar' meu passado recente. Mas aceitei o 'entrismo', considerando que era para o bem da revolução.*⁶³

Segundo Ruy Fausto:

*Eu posso dizer que foi muito duro, era uma coisa meio infernal. Podia ter me arrebatado a saúde, porque não tinha condições. Eu acho, primeiro, que foi um erro, uma loucura, era uma invenção do Pablo, eu acho, ou foi uma reinvenção. Não sei se isto estava na cabeça do Trotsky, mas foi uma loucura.*⁶⁴

⁶² Resolución sobre la situación internacional y las tareas de la IV. *Revista IV Internacional*, v. 9, n. 8/9/10, ago./out. 1951.

⁶³ Depoimento de Leôncio Martins Rodrigues, 18 jul. 1995, p. 32. (Acervo CEMAP, Centro de Documentação e Memória/UNESP, São Paulo).

⁶⁴ Depoimento de Ruy Fausto, 2 set. 1996, p. 14. (Acervo CEMAP, Centro de Documentação e Memória/UNESP, São Paulo).

Ou seja, o *incentivo coletivo* foi substituído por um desestímulo, na medida em que os militantes não se sentiam identificados com os novos fins táticos da organização. O afastamento de quase toda a primeira geração do POR, por volta de 1957, quando saem Leôncio Martins Rodrigues, Ruy Fausto, Sebastião Simões de Lima, certamente decorre em parte da decepção com a nova tática.

Em outubro de 1961, o BLA realizou uma Conferência Latino-Americana Extraordinária rompendo com a 4ª Internacional. Estava subjacente à crise uma disputa pela direção da organização, uma vez que Michel Pablo fora preso em Amsterdã em 1960, juntamente com o militante holandês Sal Santen, por levarem adiante uma atividade de apoio à revolução argelina. Também se revelou uma insatisfação com os resultados da aplicação do *entrismo* desde 1954.

A resposta de J. Posadas à crise pode ser verificada em três frentes. Primeiramente, ao romper com a 4ª Internacional, fomentava novas esperanças em seus seguidores, a partir do diagnóstico de que eram os europeus os responsáveis pelo não crescimento do partido. Em segundo lugar, amalgamando diversos elementos das experiências anteriores, Posadas elaborou uma nova proposta política e ofereceu a seus seguidores a promessa de que, em poucos anos, aquele projeto estaria realizado. Supondo que novas revoluções, como a cubana, a argelina e a chinesa eclodiriam uma após as outras, surgindo no processo correntes revolucionárias que evoluiriam para o trotskismo, Posadas apontava uma perspectiva:

*Neste sentido temos a absoluta confiança de que nos misturaremos, nos confundiremos com essas tendências e impulsionaremos o caminho pela construção de uma verdadeira Internacional marxista revolucionária de massas.*⁶⁵

O terceiro movimento de J. Posadas em resposta à crise da 4ª Internacional concretizou-se em uma nova proposta de organização, apresentada pelo mesmo Posadas no 7º Congresso:

⁶⁵ Depoimento de Ruy Fausto, loc. cit.

Como dissemos anteriormente, nesta etapa a relação do centralismo democrático deve mudar: centralismo 90%, democracia 10%. Digo estas cifras como guia e relação. [...] Nos preparamos também para uma etapa histórica próxima na qual não haverá lugar para o centralismo democrático. A guerra atômica não permitirá o centralismo democrático. [...] Nós estamos pelo monolitismo, que não é anulação da liberdade de pensamento. Dentro da vida da Internacional não é a anulação da elaboração coletiva. Monolitismo significa uma única intenção, uma única vontade de ação, um único objetivo, um único programa, uma única política e uma única organização.⁶⁶

O POR teve que se adaptar à mudança. O novo modelo de organização, monolítico, e a frustração das perspectivas de crescimento em curto prazo na onda da revolução colonial determinaram um fechamento ainda maior do POR. O impacto negativo da cisão sobre a organização brasileira pode ser avaliado pelo depoimento de Boris Fausto:

Quando surgiu a cisão isso foi um golpe muito grande, porque eu disse: bom, nem no plano internacional esse sonho existe: essa fraternidade trotskista não existe... Quando se deu a cisão os europeus vieram aqui. E veio, mais precisamente, eu vou te dizer, veio o Maitán. E o Maitán me telefonou e eu fui conversar com ele. [...] A cisão já estava a toque de caixa. O que aconteceu? Me proibiram de ter novos contatos com ele: 'Você não pode falar com essa gente', o que me desagradou muito. [...] Mas, se eu sempre tive, digamos assim, um pé fora, aí eu já estava com um pé e meio, né?⁶⁷

Já em 1966, na 5ª Conferência Nacional do POR, realizada no litoral paulista, um grupo de militantes redigiu e divulgou um documento intitulado *Criticar, planejar e construir o partido coletivamente*, em que o monolitismo e os sintomas de fechamento do POR eram criticados e defendia-se um projeto de trabalho visando inserir o POR nos movimentos sociais. O documento foi repudiado pelo plenário da Conferência e aprovada a dissolução

⁶⁶ Depoimento de Ruy Fausto, loc. cit.

⁶⁷ Depoimento de Boris Fausto, 3 jan. 1996, p. 15. (Acervo CEMAP, Centro de Documentação e Memória/UNESP, São Paulo).

imediate da fração que o produzira, integrada por Fábio Munhoz, Maria Hermínia Tavares de Almeida, Antônio Carlos Leal de Campos e Gilvan Rocha. Posadas interpretou que o documento estava *bombardeando para derrubar o funcionamento centralizado da Internacional*.⁶⁸

Em 1968 militantes do Rio Grande do Sul, dentre eles Vito Letizia e Vera Lúcia Stringhini, foram expulsos do POR e formaram a Fração Bolchevique da Seção Brasileira da 4ª Internacional. A iniciativa teve rápida repercussão no POR, recebendo adesões no Rio Grande do Sul, Pernambuco e Ceará. Uma das críticas fundamentais da Fração ao POR referia-se ao problema do monolitismo:

*Em contraposição à resolução do monolitismo de Posadas, tiramos outra resolução de organização, [...] que se restaure o funcionamento bolchevique da Internacional. [...] O centralismo democrático! Liberdade absoluta na discussão! Liberdade de frações e tendências dentro do Partido e absoluta unidade, monolitismo na aplicação.*⁶⁹

A partir da cisão de 1962, o POR transformou-se num partido carismático. Angelo Panebianco, procurando interpretar as características organizativas dos partidos políticos, assinala a importância da análise de sua história organizativa e das relações estabelecidas, em cada momento, com um entorno sujeito a mudanças contínuas. Um dos fatores importantes é a existência ou não de uma liderança carismática na formação da agremiação. O líder carismático é aquele que aparece *como o criador e intérprete incontestado de um conjunto de símbolos políticos (as metas ideológicas originárias do partido), que chegam a ser inseparáveis de sua pessoa*.⁷⁰ Remetendo a Max Weber, Panebianco lembra que o carisma é:

Um princípio de legitimação de caráter 'revolucionário' e 'extra-econômico'. [...] O poder carismático dá lugar a um tipo de

⁶⁸ POSADAS, J. *Balanço da V Conferência*. (Fundo Fábio Munhoz, Pasta 1, p. 8, Acervo CEMAP, Centro de Documentação e Memória/UNESP, São Paulo).

⁶⁹ A CRISE da IV Internacional e a necessidade da unificação das tendências trotskistas mundialmente. *Suplemento de Voz Proletária*. [S. l.], 1969. (Periódico da Fração Bolchevique.)

⁷⁰ PANEBIANCO, 1990, p. 113.

organização que se funda exclusivamente em laços de lealdade que unem diretamente os discípulos ao seu líder; [...] a lealdade é, neste caso, o fruto do 'estado de graça' da 'missão' que o líder está chamado a cumprir, segundo a opinião generalizada de seus discípulos, que se vêem também, deste modo, imbuídos por espírito e o zelo misterioso [...].⁷¹

O partido carismático, por sua vez, transformou-se, no caso do POR, em uma seita política. Apoiando-se em J. A. Van Doorn, Panebianco analisa a relação entre o tamanho da organização e suas características organizativas. As organizações grandes tendem a ser de tipo *coalizão* e as pequenas de tipo *seita*. Estas últimas trazem as seguintes características, segundo Van Doorn:

Exigem um alto grau e uma elevada dose de consenso, avaliando-se qualquer desvio dos valores centrais como uma heresia e uma apostasia. A tolerância com relação às manifestações de independência dentro do grupo é mínima. Os membros aceitam que se estabeleça um severo controle de seu comportamento e não perdem ocasião para demonstrar sua ortodoxia e sua lealdade à causa.⁷²

Arriscando uma interpretação mais geral da evolução organizativa do POR, podemos afirmar que o mesmo surge em 1952 como um núcleo de propaganda com a perspectiva de constituir-se em novo partido revolucionário, alternativo ao Partido Comunista Brasileiro. A nova organização esbarra numa razoável *hostilidade ambiental* pelo simples fato de defender idéias revolucionárias numa sociedade conservadora. Suas possibilidades de crescimento no meio operário se chocavam com a presença de burocratas ministerialistas, facções populistas e militantes comunistas. A tática do *entrismo* colocou o POR num entorno fundamentalmente hostil. Cabe lembrar que, pelo artigo 13 dos estatutos do PCB, os comunistas eram proibidos de *manter relações pessoais, familiares ou políticas com trotskistas*.

As dificuldades da passagem do POR da condição de núcleo de propaganda para a de partido operário, a adoção da

⁷¹ Ibid., p. 269.

⁷² Ibid., p. 344.

tática *entrista* e o *stress organizativo* provocado, forçaram a organização a manter-se fechada e coesa para sobreviver num meio hostil. A prisão de Michel Pablo em 1960 desencadeou uma crise organizativa na 4ª Internacional e discussões de revisão da tática *entrista*. Neste contexto, J. Posadas aparece com uma solução que, de fato, consistia na substituição de antigas finalidades oficiais por outras, conseqüentemente renovando os *incentivos coletivos* a serem trocados pela participação dos militantes. Entretanto, o processo contra-revolucionário aberto com o golpe de 1964, bem como a repressão aos trotskistas em Cuba e na Argélia, começaram a ameaçar a nova promessa e a desacreditar o monolitismo. A partir da ruptura do grupo responsável pelo documento *Criticar, planejar e construir o partido coletivamente* e da Fração Bolchevique, a coesão do POR passa a depender cada vez mais da fé nos atributos carismáticos do líder, transformando-se numa “comunidade de crentes”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cabe observar, porém, que a interpretação da evolução da organização não esgota a necessidade de analisar os diversos significados de seu papel histórico.

No contexto dos anos 1950 o POR representou um dos espaços para a elaboração de um pensamento marxista crítico sobre a sociedade e a política brasileira. As universidades, então, eram ainda dominadas pelas cátedras e por um pensamento predominantemente conservador. Por outro lado, o PCB reproduzia o catecismo stalinista, deixando pouco espaço para o debate. A sedução de um marxismo crítico, comprometido com uma tradição antiburocrática e revolucionária atraiu os então estudantes Leôncio Martins Rodrigues, Boris Fausto e Ruy Fausto. Numa segunda geração incorporaram-se Tullo Vigevani, Maria Hermínia Tavares de Almeida, Cláudio Antônio de Vasconcelos Cavalcante, Vito Letizia e outros. O testemunho sobre o *clima* intelectual no POR na época, fornecido por Boris Fausto, é esclarecedor:

Por mais que eu discorde do que a gente pensava naquela época, eu acho que isso foi uma coisa importante para nós, como grupo, como pessoas. Eu acho, não sei o que cada um pensa disso, que ganhei com a elaboração política, no sentido de que a gente

discutia muito. A vida de reuniões era muito intensa. E a gente acreditava no Verbo. [...] Então, eram longuíssimas discussões sobre textos, sobre ideologia, sobre rumos a tomar e isso deu um exercício de falar, etc. E como nós éramos um grupo — a não ser quando estavam aqui os argentinos —, cujos caciques eram fracos, isso tinha uma liberdade, vamos dizer assim, que eu nunca vi no [Partido Comunista do Brasil] PC. Quando a gente conversava com o pessoal do PC eu tinha a sensação de que nós percebíamos as coisas, e não só isso, que nós tínhamos liberdade de pensar e que eles eram teleguiados.⁷³

Algumas das perguntas, das categorias e das problemáticas propostas pelo POR em suas tentativas de interpretação da sociedade brasileira foram reelaboradas, mas estão presentes como matrizes em obras tão relevantes como *A Revolução de 30*, de Boris Fausto, ou no trabalho *Sindicalismo e Classe Operária (1930-1964)*, em que Leôncio Martins Rodrigues emprega o conceito de bonapartismo. Certamente o trotskismo entrou como componente dos fundamentos do interesse de Ruy Fausto pelo marxismo. Contribuiu, também, para formar o interesse de Leôncio Martins Rodrigues, Maria Hermínia Tavares de Almeida, Tullo Vigevani e Cláudio Cavalcanti pelo papel dos sindicatos na sociedade brasileira e suas interrogações sobre os significados da “Era Vargas”. O POR representou nos anos 1950, portanto, uma das matrizes de um pensamento de contra-hegemonia face ao nacional-desenvolvimentismo e ao stalinismo.

Um segundo desdobramento da influência do POR evidencia-se na trajetória de diversos militantes que participaram decisivamente, com sua experiência teórica e prática, na formação de outras organizações de esquerda e mais tarde na construção do Partido dos Trabalhadores (PT). Cabe lembrar, neste sentido, o papel de Fábio Munhoz, Vito Letizia, Paulo Pilla Vares, Júlio Tavares, entre outros, que, em sua significativa trajetória na construção de idéias e organismos de luta por um projeto de transformação da ordem social, encontraram em sua passagem pelo POR um dos elos de continuidade de uma longa tradição que remonta à Oposição de Esquerda.

⁷³ Depoimento Boris Fausto, 3 jan. 1996, p. 14. (Acervo CEMAP, Centro de Documentação e Memória/UNESP, São Paulo).

Finalmente, podemos avaliar que, embora as características organizativas do POR tenham impedido que desempenhasse um papel mais efetivo de reconstrução da esquerda brasileira em situações como a cisão Crispim e, especialmente a cisão Agildo, por outro lado, algumas das idéias-chave de sua linha política (defendidas também por outras organizações, como, por exemplo, a LSI e setores da Juventude Socialista) demonstraram-se fundamentais para a reconstrução da esquerda posteriormente. Dentre elas, destacam-se:

- 1) A crítica à política de conciliação de classe do PCB e ao seguidismo à burguesia nacional;
- 2) a defesa da independência dos trabalhadores, com o lançamento de candidaturas próprias à presidência da República, em 1955 e 1960, em defesa de um projeto de transformação social;
- 3) a defesa de um movimento sindical desatrelado do Estado, independente, democrático e enraizado nas fábricas;
- 4) a defesa da unificação das lutas dos trabalhadores e da formação de uma central única;
- 5) a defesa da ocupação de terras como única forma de encaminhar, efetivamente, a reforma agrária no Brasil;
- 6) uma compreensão do significado da questão nacional e do antiimperialismo em países periféricos como o Brasil. Neste sentido, se setores da classe trabalhadora brasileira e da esquerda em alguns momentos de nossa história recente, conseguiram colocar diante de si e resolver problemas como a organização de uma Central Única dos Trabalhadores, de um Partido dos Trabalhadores, de um movimento organizado pela reforma agrária, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), certamente o POR foi um elo na construção dessa vontade coletiva.

**POLITICAL THOUGHTS AND THE PARTY ORGANIZATION
OF THE P.O.R. (1952-1964)**

ABSTRACT

The present article reconstitutes the course of Partido Operário Revolucionário (POR) in Brazil, since it's newspaper *Frente Operária* was published, in November of 1952, in this occasion the first group of militants was organized and it leasted until the 1964 military and civil coup.

KEYWORDS

Trotskyism; Left; Political party



Ilustração publicada no órgão da Liga Comunista, em sua edição de 1º de maio de 1931. *A Luta de Classe*: órgão da Liga Comunista (Oposição de Esquerda). Rio de Janeiro, v. 2, p. 3, 1º maio 1931. (Acervo do Arquivo Edgard Leuenroth/UNICAMP, J 1710).